

Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO
E CONTROLE DE
CONVENCIONALIDADE**

**Aplicação do Direito Internacional
à Prática Previdenciária**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-635-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Bassetto, Marcelo Eduardo Rossitto.

B319 **Direito previdenciário e controle de convencionalidade:
aplicação do direito internacional à prática previdenciária./
Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto./ Curitiba: Juruá, 2021.
186p.; 21cm**

1. Direito previdenciário. 2. Direito internacional. 3. Controle de convencionalidade. I. Título.

CDD 344.032 (22.ed)
CDU 349.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 HIERARQUIA DOS TRATADOS NO BRASIL	17
1.1 O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A HIERARQUIA DOS TRATADOS.....	17
1.1.1 Relações entre as Ordens Internacional e Nacional	20
1.1.1.1 Relações entre as normas internacionais e nacionais e os Direitos Humanos	25
1.2 CARÁTER SUPRACONSTITUCIONAL DOS TRATADOS.....	26
1.3 CARÁTER CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS.....	29
1.4 CARÁTER SUPRALEGAL DOS TRATADOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	34
1.5 CARÁTER SUPRALEGAL DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS.....	38
2 CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: ORIGEM, CABIMENTO E PARÂMETROS	43
2.1 PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA UNIVERSAL	48
2.2 SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	51
2.3 SISTEMA AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	52
2.3.1 Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade	54

2.3.2	Corte Interamericana de Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade	62
2.4	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE PELO JUDICIÁRIO ...	67
3	CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E O DIREITO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO	77
3.1	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E O DIREITO PREVIDENCIÁRIO	78
3.1.1	O Benefício de Auxílio-Reclusão	81
3.1.1.1	O Supremo Tribunal Federal e o auxílio-reclusão	85
3.1.2	Convenção sobre os Direitos da Criança e sua Influência no Direito Previdenciário.....	89
3.1.3	Convenção sobre os Direitos da Criança e os Controles de Constitucionalidade e Convencionalidade	92
3.1.3.1	Submissão das Emendas Constitucionais ao controle de convencionalidade: hipótese não admitida	93
3.1.3.2	Submissão da Convenção sobre os Direitos da Criança à disciplina das Emendas Constitucionais: análise de compatibilidade.....	95
3.1.4	Convenção sobre os Direitos da Criança, Controle de Suprallegalidade e Interpretação Conforme a Convenção.....	99
3.2	O DIREITO E A PROTEÇÃO DA MULHER	101
3.2.1	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	104
3.2.2	Os Benefícios Previdenciários de Aposentadoria por Velhice, Invalidez e Pensão por Morte	109
3.2.3	A Condição de Chefe ou Arrimo de Família e a Constituição Federal de 1988	116
3.2.4	A Igualdade Previdenciária na Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	120
3.3	PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E O DIREITO PREVIDENCIÁRIO	124
3.3.1	Previsão Legal de Temporalidade do Benefício de Pensão por Morte de Cônjuge ou Companheiro Dependente.....	128

3.3.2	A Pensão por Morte Diante do Protocolo de San Salvador.....	131
3.4	DIFICULDADES PROBATÓRIAS EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	135
3.4.1	O Trabalhador Rural como Segurado do Regime Geral da Previdência Social.....	136
3.4.2	A Condição do Trabalho Rural de Crianças e Mulheres.....	138
3.4.3	O Trabalhador Rural “Boia-Fria”.....	139
3.4.3.1	O trabalhador rural “boia-fria” na jurisprudência do STJ	140
3.4.4	Exigência de Início de Prova Material.....	146
3.4.5	Interpretação dos Tratados	149
3.4.6	Diversidade de Parâmetros em Tratados de Direitos Humanos sobre Matéria Probatória	151
3.4.6.1	Normas de Direito Internacional de Direitos Humanos e a prova da realidade do trabalho infantil no meio rural	151
3.4.6.2	Normas de Direito Internacional de Direitos Humanos e a Prova da Realidade do Trabalho das Mulheres no Meio Rural	155
3.4.6.3	Normas de Direito Internacional de Direitos Humanos e a prova do trabalho dos “boias-frias”	158
	CONCLUSÃO	163
	REFERÊNCIAS	165
	ÍNDICE REMISSIVO.....	173